

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA:
CONTRIBUIÇÕES E IMPORTÂNCIA DO PDE NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

ARLENE DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA

Belo Horizonte
2009

ARLENE DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA:
CONTRIBUIÇÕES E IMPORTÂNCIA DO PDE NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão do curso (TCC) apresentado ao Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar ó Escola de Gestores da Educação Básica ó da Universidade Federal de Minas Gerais ó UFMG ó BH, como exigência final para obtenção do diploma em Pós Graduação em Gestão Escolar, com habilitação em Administração Escolar.

Orientadora: Maria Angélica Araújo Ribeiro

Belo Horizonte
2009

Às minhas filhas Aline e Flávia, por
fazerem parte da minha vida e
especialmente ao meu netinho João Gabriel,
que passou a ser motivo de meu orgulho e
única razão do meu viver.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Maria Efigênia e Priscila pelo apoio e incentivo recebido, para que eu me reerguesse e desse a volta por cima. Obrigada por tudo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do PDE na escola, visando assim contribuir para a efetivação de uma educação de qualidade promovendo melhorias no nível de desempenho dos alunos e uma gestão democrática com a participação de todos no processo educativo.

A escola para ser administrada como organização, como um sistema precisa planejar organizar-se, ter um gestor com forte liderança e controle das ações, dos processos e dos diferentes recursos que podem viabilizá-la.

Portanto torna-se cada vez mais evidente que não há lugar para uma escola sem condições adequadas de organização e funcionamento, seu espaço para definição e organização e funcionamento. Seu espaço de definição e organização de seus processos. O PDE vem de encontro às necessidades, dotando a escola de um poderoso e moderno instrumento de planejamento. O processo de elaboração do PDE será um passo que sinalizará que a escola deixou de ser burocrática meramente cumpridora de normas sinalizando que ela vem buscar uma nova identidade, novo dinamismo, novo compromisso que está próximo e a serviço dos alunos, dos pais e da comunidade, que estará disposta a prestar contas de sua atuação.

Palavra chave: Gestão democrática ó educação - Plano de Desenvolvimento Escolar

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	5
2 - PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	7
3 - HISTÓRICO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.....	9
4 - NOSSO DESAFIO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.....	12
5 - CONCLUSÃO.....	15
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16.
7 - ANEXO (PPP).....	17

1 6 INTRODUÇÃO

Procurando fazer do processo ensino aprendizagem algo interessante e significativo com envolvimento de todos os segmentos escolares relacionando as questões de gestão democrática ao Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), na perspectiva de transformar o real e elevar os padrões de eficiência da escola, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para transformar a visão da escola em realidade.

O PDE tem como requisito principal a gestão, a participação efetiva de todos nos processos de decisão da escola.

O requisito principal dessa forma de gestão do PDE , é a participação efetiva de todos nos processos de decisão da escola. Pode-se dizer que neste projeto de gestão estão implícitos os objetivos sócio políticos e pedagógicos da escola,tendo esta o papel de articular a atividade de direção, a iniciativa e a participação de seus representantes.

Sendo assim, a decisão e a participação estão implicadas uma a outra a partir do momento que elas se tornam elementos norteadores de uma proposta de gestão denominada democrática. Essa democracia, da qual nos referimos se expressa no valor e como processo. Valor a partir do momento, em que afirma ideais, intenções e desejos, e processo por que requer formas de manifestação que a concretizem, e uma dessas formas é a participação no processo decisório (PENIN,2002,p.31).

De acordo com o autor o processo decisório no cotidiano escolar baseia-se na participação de todos os segmentos escolares, porque ela é o ponto chave para uma gestão verdadeiramente democrática, é o que está buscando a Escola Municipal José Herculano com a elaboração do PDE

Na instituição em que trabalho, estou na direção à doze anos, sempre buscando num trabalho coletivo e participativo. Essa tarefa é muito complicada e requer muito esforço, para envolver os vários segmentos, nos processos decisórios.

Busca-se uma gestão democrática, mas somente com a participação escolar, onde não há envolvimento da comunidade escolar.

Espera-se agora com a (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico e também a construção do Plano de Desenvolvimento da (PDE), que são instrumentos de extrema necessidade para que haja uma gestão verdadeiramente democrática, onde o mais importante nesse processo é a busca de construção do conhecimento e da aprendizagem.

Este trabalho surgiu do interesse de refletir sobre a construção do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), onde a escola sentia necessidade de se auto avaliar e estabelecer o patamar de desempenho que pretende alcançar em um determinado prazo, mediante um conjunto de objetivos estratégicos, metas e planos de ação, com responsabilidades, prazos e custos definidos.

Sabe-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), da Escola Municipal José Herculano, no ano de 2005, não obteve resultado satisfatório.

Nota-se na escola uma grande preocupação de toda equipe, em buscar meios para elevar esse índice, buscando estratégias como oficinas de matemática, aulas de literatura, recreio orientado (jogos), reforço escolar e aulas de xadrez para melhorar o raciocínio lógico matemático.

O resultado desse esforço coletivo veio no ano de 2008, onde se alcançou a meta pré estabelecida pela escola, porque a equipe gestora preocupa-se em ser democrática, monitorando o trabalho pedagógico. Apesar de não ser tarefa fácil é bem abrangente. Numa gestão democrática, o gestor precisa saber como trabalhar os conflitos, ter competência para buscar, juntamente com sua equipe, novas alternativas e que as mesmas atentam aos interesses da comunidade escolar e compreenda que a qualidade da escola depende da participação ativa de todos os membros, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas fontes de enriquecimento

do trabalho coletivo.

2 - PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ser gestor na escola Municipal José Herculano, ou em qualquer outra instituição, requer conhecimento. Conhecimento este, não apenas do trabalho que deverá desempenhar, mas também de como pode desenvolvê-lo da melhor maneira possível.

Para tanto, é importante que o gestor conheça os subsídios que a legislação vigente do país lhe oferece no que diz respeito à educação, e a maneira como o sistema educacional do Brasil está estruturado e organizado, o que inclui os aspectos pedagógicos curriculares, administrativos e financeiros.

A LDB de 1996 (Lei nº9. 394/96), fiel à autonomia dos entes federados, remeteu aos sistemas de ensino a definição das normas de gestão democrática do ensino público e da educação básica, estabelecendo como diretriz nacional a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (art.14). O Plano Nacional de Educação, sonho inserido na Constituição de 1934, pelos Pioneiros da Educação Nova e retomando na Constituição de 1998, foi instituído pela LDB n.10.172 de 9 de janeiro de 2001, como resultado de intensa participação dos educadores em sua defesa e elaboração. O PNE, seguindo o princípio constitucional e a diretriz da LDB, define entre seus objetivos e prioridades. (...) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos de ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A participação e efetivação dos vários segmentos na elaboração do PPP, PDE deve ser estimulada e efetivada.

Segundo PADILHA(2001):

Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa a dar respostas a um problema através do estabelecimento de fins e meios que apontam para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se

em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja.

Partindo desse princípio busca-se uma participação efetiva e eficaz dos diferentes segmentos que contribuem para o desenvolvimento da educação, pois a comunidade tem de ser usuária consciente desse serviço, e não apenas servir-se de um instrumento de controle., tratando em romper com os muros da escola.

Só se aprende democracia fazendo democracia pela prática da participação, pois:

“Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa desse direito, que no fundo, é o direito também a atuar.”
(Freire, 1993:88)

Nessa perspectiva, a participação apresenta-se como atividade essencial para a construção de uma sociedade mais justa, devendo expressar-se na educação em: participação como exercício de voz, de gerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária com a prática educativa progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com o seu discurso.

Assim, participar é discutir, é ter voz, ganhando-a, na política a, sem um educacional das escolas, na organização de seus orçamentos. Sem uma forte convicção política, sem um discurso democrático cada vez mais próximo da prática democrática, sem competência científica nada disso é possível.

A gestão democrática educacional pode contribuir na ampliação das estruturas democratizantes e conseqüentemente favorecerem o exercício da participação popular. No entanto, problematiza as limitações da educação, pois esta não é a alavanca da transformação social, mas ela: “... ajuda muito a esclarecer, a desvendar as condições em que nos encontramos (...) a transformação em si, não obstante, é um evento educacional. A transformação nos ensina, nos modela e nos remodela” (Freire, 2003: 163).

A partir dessas perspectivas a educação como prática libertadora tem no diálogo sua forma de efetivação, pois esse é uma relação horizontal entre sujeitos, que: nasce de uma matriz crítica e gera criticidade, questões vitais para nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser.

3 - HISTÓRICO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Educação ó PDE se constitui através de concepções de gestão norteadas pelo atual governo brasileiro tendo como fundamento o acesso à uma educação de qualidade pela população brasileira, garantindo o sentido e a essência do processo democrático e o direito dos cidadãos a serviços públicos de qualidade.

O objetivo principal do Plano de Desenvolvimento da Educação ó PDE é elevar o nível da Educação brasileira aos patamares dos países desenvolvidos até o ano de 2022, através de critérios como o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e do PAR, Plano de Ações Articuladas que deve ser desenvolvidos pelos municípios brasileiros. Percebe-se então que o PDE é uma proposta de um plano de ação governamental. O PDE é uma das ações de um plano de gestão que ainda é bem recente e está começando a receber adesão de estados e municípios brasileiros.

Este Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2007, com um conjunto de metas e ações , que se constituem em uma política educacional do governo brasileiro.

Segundo Dermeval Saviani, um dos estudiosos a respeito do PDE, afirma que:

A Educação Básica nunca foi objeto de planos nacionais quando estava sob a responsabilidade das províncias, durante o Império (1822-1889), e depois dos estados, na Primeira República (1889-1930). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, foi um dos primeiros movimentos a chamar a atenção para a necessidade de planejar a Educação e organizá-la em todo o território. A Constituição de 1934 criou o primeiro Conselho Nacional de Educação e determinou que se formulasse um plano nacional, elaborado em 1937 durante a gestão do ministro Gustavo Capanema. O documento até era bem detalhado, mas, com o golpe do Estado Novo, que aconteceu naquele mesmo ano, ele não chegou a ser implantado. A ideia só foi retomada com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que deu

entrada no Congresso Nacional em outubro de 1948 e tramitou por 13 anos, mas nela a preocupação era mais econômica, de distribuição de recursos. (SAVIANI, NOVA ESCOLA, 2009)

Percebemos que as ações de desenvolvimento que desencadeará as ações previstas pelo atual PDE foi historicamente construído até mesmo por demandas e prioridades de governo o que tinha influência decisiva também eram os processos de gestão estabelecidos naquela época. Como podemos verificar ainda nas palavras de Saviani:

“Temos na história da Educação visões diferentes do que deveria ser um plano nacional. O primeiro tinha uma orientação moderna e renovadora, mas não foi implantado. Durante o Estado Novo, regras autoritárias serviram mais como controle ideológico-político, o que se repetiu durante a ditadura. E a preocupação da primeira LDB se restringia apenas ao financiamento. A LDB de 1996, seguindo uma determinação da Constituição de 1988, estipulou um ano para a elaboração de um plano nacional, concebido com a junção de duas propostas: uma do governo federal e a outra de um grupo de educadores. Os dois textos foram unificados e o Plano Nacional de Educação (PNE) foi convertido em lei em 2001, com vigência até janeiro de 2011. Já o PDE, lançado em 2007, não é um plano e não substitui o PNE. Ele é uma política pública, um conjunto de medidas e metas para o país, estabelecido por decreto. É, portanto, um ato do poder executivo, não uma lei, e está mais ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolve ações em diferentes áreas da economia para impulsionar o crescimento econômico do país. Como o PAC previa que cada ministério deveria ter um plano de atuação, o MEC reuniu um conjunto de ações que já desenvolvia, acrescentou algumas novas e assim nasceu o PDE.” (SAVIANI, NOVA ESCOLA, 2009)

Neste processo o grande ponto positivo do PDE é o governo se propor a combater o ensino ruim que a Educação Básica oferece atualmente no Brasil.

O que se visualiza neste processo de implantação do PDE no Brasil é que obteve avanços nas questões quantitativas, mas percebe-se que somente a garantia de acesso não garantia um ensino de qualidade. O foco principal das ações desta proposta é garantir a aprendizagem, não somente o acesso a uma educação de baixa qualidade. Para avaliar como está sendo desenvolvido o processo e conseqüentemente a qualidade do PDE, o governo criou mecanismos como o IDEB que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o que vem a garantir com firmeza onde o governo tem que atingir de forma mais decisiva para melhorar as ações da política educacional. De acordo com Dermeval Saviani depois da implantação do PDE,

Apesar de as metas do PDE serem nacionais e de caráter geral, elas só têm expressão no trabalho efetivo que cada escola realiza. Vivemos em um contexto federativo, ou seja, fora de um sistema nacional. Por isso, é imprescindível a adesão de estados, municípios e escolas. Se os gestores não traduzirem os propósitos e as metas do PDE para as condições específicas de cada unidade, jamais os objetivos serão atingidos. É claro que as dificuldades históricas da nossa Educação, como a infraestrutura, a dupla jornada dos docentes e tantas outras, limitam a ação de diretores, coordenadores e orientadores. Mas há aspectos que dependem diretamente da própria gestão da escola. Um deles é essencial: ter clareza sobre o sentido da Educação escolar para distinguir o que é imprescindível para o trabalho pedagógico do que é secundário. Sem isso, toda a ação da escola se dilui. Se tudo for importante, se tudo for currículo, a tendência é todas as ações da escola terem o mesmo peso. Assim, se abrem as portas para o espontaneísmo, o que inviabiliza o alcance de metas. (SAVIANI, NOVA ESCOLA, 2009)

Outra preocupação em nível de governo é de fazer com que a política pública que estabelece o PDE, seja garantida na Conferência Nacional de Educação para que seja vista como questão de estado e não somente de governo. Para isso, é neste espaço da Conferência Nacional que será garantida uma forma de normatizar essas ações de maneira que não sejam tão facilmente desmontáveis em um próximo governo. Para isso é necessário reconhecer que:

a descontinuidade da política educacional é uma realidade histórica no Brasil. A receita para solucionar isso é composta de três ingredientes: a Educação ser tratada como questão de Estado, a criação de um sistema nacional que garanta o mesmo padrão de qualidade para todas as escolas e um plano nacional que fixe, com clareza, as metas e os recursos necessários. (SAVIANI, NOVA ESCOLA, 2009)

Em uma perspectiva de observação do já vem sendo implantado no Brasil e o andamento das ações desde a implantação deste Plano de desenvolvimento da Educação o PDE, afirma-se que com relação ao avanço das ações deste plano é necessário pensar em duas questões conceituais que são apresentadas por Saviani (2009):

Há duas questões conceituais. A primeira é que, inevitavelmente, o índice se expressa de forma numérica, o que traz certa confusão na interpretação e na divulgação. É preciso ter atenção na hora de compreendê-lo e introduzi-lo nas redes e escolas. Os gestores têm de entender e saber demonstrar as ações que levaram a sua escola a ter um aumento na nota do IDEB O crescimento de 3,8 para 4,2, por exemplo, reflete a melhora da qualidade da aprendizagem

por que motivo? O que foi feito? O projeto político pedagógico estava consistente? A segunda questão está nas provas usadas no cálculo do IDEB. Os exames nacionais desconsideram as especificidades da aprendizagem em diferentes locais. Com isso, é possível questionar até que ponto eles de fato medem a qualidade. Há ainda outra questão: o PDE tem tantas ações que elas se justapõem e o foco na qualidade se perde pela dispersão de atenções e recursos. Não há como atender à informatização das escolas, ao transporte e à expansão do Ensino Superior e das escolas técnicas simultaneamente com o mesmo grau de investimento e qualidade. (SAVIANI, NOVA ESCOLA, 2009)

Podemos considerar que a efetividade deste plano se concretiza pela adesão qualificada dos gestores e profissionais da educação, pois o trabalho de ponta será realizado por esses gestores realmente comprometidos e envolvidos com a concepção de gestão e de ação a que se propõe o plano. A prioridade deste plano também deve ser bem definida para que possam atingir os gargalos das deficiências que muitas vezes se encontram no início da educação básica, para que com isso possamos ver uma melhora processual nas outras esferas da educação (seja ela na educação superior, no ensino técnico, etc.) Mas o reconhecimento de uma atenção especial das ações do Plano de desenvolvimento da educação nos anos iniciais da educação básica já garante uma real possibilidade de melhorias na qualidade da educação.

4 - NOSSO DESAFIO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Na busca pela qualidade do ensino público, o Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Banco Mundial, procura desenvolver nas escolas públicas, um plano que apresenta como principal objetivo promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para transformar a visão de escola em realidade (XAVIER; SOBRINHO, 2000)

Partindo desta constatação, procura-se conhecer esse plano do Governo federal, ao tentar perceber seus reais objetivos em estabelecer o trabalho em comum como requisito principal para seu desenvolvimento, e como se dá a participação dos professores no processo de decisão no interior da escola.

De acordo com Xavier e Sobrinho (2000), autores da proposta, uma escola de qualidade é aquela que desenvolve relações interpessoais que conduzem a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, do material escolar e didático necessário, de instalações em qualidade e condições adequadas de funcionamento de processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Assim, para alcançar a qualidade desejada, o PDE se propõe a transformar as escolas em escolas eficientes e eficazes. Isto só será possível com a ampliação do espaço de decisão e da construção do trabalho em comum, mediante processos criativos, gerados e gerenciados no interior da própria escola. Neste sentido PDE se apresenta como o primeiro passo que sinaliza a desburocratização da escola, que até então era vista como cumpridora de normas.

O PDE é uma ferramenta gerencial utilizada com o propósito de auxiliar a escola Municipal José Herculano a realizar melhor seu trabalho, assegurando que a equipe esteja trabalhando para atingir objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Este documento irá contribuir, num esforço que será disciplinado pela escola para produzir suas decisões e ações fundamentais que moldarão e guiará o que a escola Municipal José Herculano é, o que faz e porque assim o faz, com foco no futuro.

O PDE não lida apenas com decisões futuras e sim principalmente com o futuro das decisões que são tomadas cotidianamente na escola. Sabe-se que ele não é uma tentativa de eliminar todos os riscos da escola, mas de abordá-los e administrá-los de maneira eficiente e eficaz.

O grande desafio é elaborá-lo de modo participativo com a comunidade (equipe escolar, pais, alunos outras partes interessadas), pois a participação da comunidade ainda é muito deficiente, pois a família participa quase que no ato da matrícula e às vezes em reuniões, ou outros eventos como festa junina. De maneira geral são bem passivos.

Com a implantação do PDE pode-se definir o que é a escola, o que ela pretende fazer,

onde pretende chegar, de que maneira e com quais recursos.

É um processo coordenado pela liderança da escola para o alcance de uma situação desejada de maneira mais eficiente e eficaz com a melhor concentração de esforços e um dos requisitos mais importantes da gestão democrática é a participação efetiva de todos no processo de tomada de decisão na instituição escolar, faz-se necessário que se introduza no interior da escola movimentos de participação dos pais alunos, alunos, professores e da comunidade, pois somente a prática reiterativamente vivenciada no cotidiano da escola demonstrará o conteúdo de uma gestão dessa natureza.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentando pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

Nesse sentido, segundo o autor a democracia está sempre em construção a partir do momento em que todos participam, dando opiniões e chegando a um consenso. Nessa perspectiva, quando a democracia é mantida todos só tendem a ganhar, como é o caso da construção do PDE da escola. Sua elaboração se deu de forma participativa, envolvente e efetiva.

O resultado dessa democracia, envolvimento e compromisso na escola Municipal José Herculano foi a aprovação imediata do PDE pelo MEC, sem nenhuma ressalva.

As decisões do PDE da escola foram tomadas de forma coletiva e participativa. A participação só poderá existir se a exercermos como um exercício democrático, onde os espaços de participação são conquistados dia após dia como uma luta constante, um processo inacabado, como um desejo a se realizar.

5 - CONCLUSÃO:

Falar em Gestão Democrática é acreditar em uma educação de qualidade, e uma escola construída a partir da ação coletiva, com representatividade dos vários segmentos. A educação preconiza a formação de cidadãos íntegros e responsáveis, a gestão democrática é o ideal mais necessário para qualquer administrador escolar. A partir dessa administração será possível desenvolver e vivenciar a democracia no dia-a-dia da escola e levá-la a consolidar a participação entre toda a comunidade colaborando, assim, no processo de inclusão social.

Buscar uma Gestão Democrática requer conquistar a própria autonomia escolar, haja vista que, sua trajetória traz a descentralização, o crescimento profissional e a valorização da escola, da comunidade escolar e conseqüentemente do Gestor e toda sua equipe envolvida, no processo que precisa fundamentalmente, de parcerias sólidas e comprometidas com uma educação melhor e inovadora, no sentido de proporcionar maiores opções de elevar o conhecimento de seus alunos, com objetivos pautados em ações planejadas coletivamente e valores humanos que engrandeçam ações e ideais humanizadores.

Portanto, a gestão escolar democrática é possível quando todos os envolvidos compreendem claramente os processos de tomadas de decisões, e ainda tenham clareza de todos os recursos recebidos e como são gastos. O gestor será o maior responsável, por fazer essa democracia acontecer, assumindo a responsabilidade de criar meios para que a escola funcione, a partir do trabalho coletivo, garantindo, assim, um melhor atendimento aos anseios da comunidade.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, João Batista (org). *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **PDE - Análise Crítica da Política do MEC**, 128 págs., [Ed. Autores Associados](#)

FORTUNA, M.L.A. *Gestão Democrática na escola pública: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos*. in: *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2001.

PENIN, Sônia T. Souza. *Refletindo sobre a função social da escola*. in: *Gestão da Escola: Desafio da Escola: Desafios a Enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

XAVIER, Antônio C.R. e SOBRINHO J.A. *Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola*. Brasília, MEC, 2000.

7- ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ó UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ó PPP

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ HERCULANO

Arlene das Graças de Oliveira

Leny Figueiredo Alves

Maria Efigênia Domingues Cardoso

Maria Lúcia Rocha

Marlene Gonçalves Batista Figueiredo

Priscila Soares Resende

Caeté

Maió / 2009

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	03
2.	DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE.....	05
3.	OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.....	06
3.1	Objetivos da educação infantil.....	06
3.2	Objetivos do ensino fundamental.....	07
3.3	Objetivos da Educação de Jovens e Adultos ó EJA.....	08
4.	FINALIDADES DA ESCOLA.....	10
4.1	MISSÃO DA ESCOLA.....	12
5.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
5.1	Administrativa.....	13
5.1.1	Aspectos Físicos.....	13
5.1.2	Recursos Humanos.....	15
5.1.3	Recursos Financeiros.....	24
5.1.4	Equipamentos e Mobiliário.....	25
5.2	PEDAGÓGICA.....	26
5.2.1	Número de alunos por turma.....	27
5.2.2	Quantitativo de professor Recuperador e Eventual.....	27
6.	CURRÍCULO.....	29
7.	TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	31
8.	PROCESSOS DE DECISÃO.....	37
9.	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	37
10.	AValiação.....	40
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
12.	ANEXOS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal José Herculano criada pela Lei Municipal Nº 14, de 28 de fevereiro de 1948, autorizada a funcionar pela Portaria da SEE Nº 192/77 integrante da rede municipal de ensino funcionava inicialmente no povoado de casinhas, distrito de Antônio de Santos município de Caeté, até o final de 1979, quando foi desativada por falta de demanda, ela voltou a funcionar em 01/08/1985, sendo novamente desativada pelo mesmo motivo, a partir de 01/08/1986.

A partir de 01/02/1991, conforme parecer Nº 842/92, de 23 de novembro de 1992 do Conselho Estadual de Educação ela funciona na Rua José Roberto Pereira, antiga Rua Pedra Sabão, Nº 297, no Bairro Deschamps, distrito sede no município de Caeté e oferece educação básica nos níveis de Educação Infantil, Ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos ó EJA.

A escola funciona em três turnos e, atualmente oferece Educação infantil (1º e 2º Período), Ensino Fundamental (1º Ano do ciclo A ao 2º ano do ciclo B) e Educação de Jovens e Adultos ó EJA (1º à 4º Série do Ensino Fundamental), conforme Lei municipal Nº 2095/99 de 04/01/1999.

A escola possui e-mail que é cjherculano@yahoo.com.br, este é acessado pela equipe escolar através de um dos dois computadores que a escola possui. Os computadores se localizam na secretaria da escola.

A escola possui o seguinte número de funcionários e alunos respectivamente: 24 e 318 alunos.

Para uma real implantação deste projeto de maneira mais democrática possível, existe uma preocupação em manter um contínuo investimento na formação de profissionais, adaptação do espaço físico para melhor atender os discentes e a escolha de material escolar adequado ao contexto. É importante salientar que em detrimento ao que ficou decidido pelo Conselho Municipal de Educação que seria a implantação do sistema ãAprende Brasil ó Positivoõ que é um sistema onde o município tem que arcar com a

compra e demais despesas decorrentes do livro didático do sistema positivo. O município todo usa somente um livro didático e ainda escolhe os livros encaminhados do PNL D ó Programa Nacional do Livro Didático.

As ações da escola compreendem a importância da promoção e proteção integral da criança, envolvendo a família, a comunidade e o poder público na garantia dos direitos básicos da infância, como transporte, alimentação e saúde.

Para elaboração deste projeto foram consultados os registros existentes na escola de anos anteriores e realizadas reuniões e entrevistas individuais e coletivas com membros da comunidade escolar. Também foram organizados encontros com os educadores, coordenadores e diretores, para que pudessem realizar diagnóstico da escola com seus segmentos representativos.

Acreditando que a escola nasceu justamente para garantir o direito ao acesso, permanência e aprendizagem dessas crianças que a escola não rejeita nenhuma matrícula de aluno inclusive crianças que estão em situação defasagem idade-série. Também houve uma especial atenção no sentido de criar uma escola que atendesse e respeitasse a cultura e características da população local sem reproduzir preconceitos ou currículos esvaziados de sentido para o grupo.

Neste documento estão registrados os dados referentes aos seguintes itens ordenadores da escola: descrição da comunidade, finalidade da escola; estrutura organizacional; currículo; tempos e espaços escolares; processos de decisão; relações de trabalho e processos avaliativos.

2. DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE

Atualmente, a escola localiza-se em um bairro de periferia do município de Caeté , Minas Gerais, e apresenta uma comunidade que convive com um alto índice de violência, contato com tráfico, consumo de drogas, tendo portanto um perfil de carência econômica elevado, apresentando grande vulnerabilidade e risco social.

Relacionando à parte geográfica do bairro onde a escola se localiza, encontra-se uma topografia irregular, com ruas de acesso precárias, sendo as mais movimentadas asfaltadas e as demais calçadas e de chão batido. Algumas ruas encontram-se sem um saneamento básico necessário, onde algumas famílias não têm acesso à energia elétrica por falta de condições financeiras e por descaso das autoridades competentes por não oferecer serviços públicos básicos. Ainda observamos poucos estabelecimentos e/ou recursos de lazer na comunidade, serviço de táxi inexistente, um posto de saúde para atender a população de toda a região (Deschamps, Dom Carmelo e Vista da Serra), a existência de um Centro de Referência da Assistência Social ó CRAS, que visa atender as famílias inseridas nos programas sociais do governo federal, onde é feito acompanhamento sócio-familiar e infantil através da Casa do Brincarö, o funcionamento de uma Unidade de Atendimento Sócio-Educativo , com o objetivo de desenvolver atividades extra - escolares; um grupo artístico tradicional da cidade que é o Congado Santo Antônio; uma ONG que trabalha com a distribuição de Multimistura para famílias com crianças desnutridas, mantida pela Arquidiocese de Itabira; ausência de linhas de ônibus em condições irregulares e a maior parte das construções são feitas de alvenaria.

3. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

- Desenvolver uma educação de qualidade, que auxilie no processo de formação global do aluno, visando sua interação com a realidade de forma crítica e dinâmica, para que possam compreender a realidade, situar-se nela e desenvolver as habilidades e capacidades que lhe auxiliem neste processo.
- Oferecer uma educação inclusiva, que proporcione ao educando o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assegurando o respeito às diferenças sociais, culturais, biológicas e específicas de cada criança, integrando ó o à escola e à sociedade para que atue como cidadão crítico e participativo.

3.1. Objetivos da Educação Infantil

Objetivos Gerais:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações.
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar.
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.

Objetivos Específicos:

- Proporcionar situações de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento para as crianças da Educação Infantil, respeitando a faixa etária e interesse de cada um, desenvolvendo assim suas habilidades e competências.
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração em grupo para uma boa convivência.
- Oportunizar às crianças situações cotidianas que favoreça a vivência e convivência sadia e tolerante, tornando-se assim essencial a vida delas.
- Proporcionar um ambiente agradável onde a criança possa descobrir o mundo a sua volta através do lúdico.
- Utilização de diversas linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita), ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.
- Conhecer as manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas, valorizando a diversidade.

3.2. Objetivos dos Anos Iniciais (1º Ano do Ciclo A ao 2º Ano do Ciclo B)

Objetivos Gerais:

- Oportunizar vivências ricas em estímulos para o desenvolvimento dos aspectos atitudinais, cognitivos e psicomotores das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental;
- Desenvolver o auto-conhecimento, a sensibilidade, a afetividade no relacionamento em grupo, proporcionando assim a compreensão de si próprio como sujeito responsável na construção do seu conhecimento;
- Formar um cidadão com valores e princípios éticos, fornecendo condições para seu desenvolvimento social e intelectual, conforme suas capacidades nas diversas áreas do conhecimento;
- Desenvolver o aluno como um todo, nas diferentes áreas, levando sempre em consideração a sua individualidade;

Objetivos Específicos:

- Produzir e interpretar textos de tipologias variadas, com coesão e coerência;
- Desenvolver as capacidades comunicativas;
- Ampliar seus conhecimentos lógicos matemáticos;
- Oportunizar vivências de conscientização da preservação dos recursos naturais;
- Desenvolver habilidades motoras através do lúdico, a fim de conhecer seus limites e possibilidades com seu próprio corpo;
- Preservar valores indispensáveis ao bom convívio social;
- Oportunizar situações cotidianas e de reflexão que favoreça a vivência e a convivência sadia e tolerante, tornando-se assim essencial a vida.
- Proporcionar condições ao aluno de desenvolver capacidades e habilidades para interagir numa sociedade em rápida e constante transformação, na construção de seu projeto de vida e de sua cidadania.
- Organizar condições ao educando de expressar-se com clareza e argumentação, através da leitura, da escrita e/ou qualquer forma de comunicação.
- Proporcionar ao aluno condições de aprender a se comunicar com afetividade, tendo equilíbrio entre o emotivo e o cognitivo.

- Desenvolver respeito à natureza como forma de preservação da nossa própria espécie sobre o Planeta.
- Valorizar as novas ciências e tecnologias como fontes geradoras de conhecimento para o homem atual.
- Desenvolver a habilidade de convívio em grupo respeitando o pensamento do outro, na construção de seu conhecimento intelectual.
- Conscientizar o educando da importância de ter hábitos que preservem a sua saúde.

3.3. Objetivos da Educação de Jovens e Adultos ó EJA:

Objetivos Gerais:

A Educação de Jovens e Adultos ó EJA será destinada gratuitamente àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria. O acesso e permanência dos trabalhadores e alunos na escola deverão ser estimulados pelo Poder Público, mediante ações integradas e complementares entre si.

Objetivos específicos:

- Desenvolver na medida em que promove a atividade mental construtiva do aluno, responsável por transformá-lo em uma pessoa única irrepetível;
- Atender a diversidade dos alunos e suas demandas;
- Oferecer aos alunos um currículo necessário para o seu progresso;
- Considerar os aspectos da cultura relevantes para seu desenvolvimento pessoal, não só no âmbito cognitivo, mas do desenvolvimento global, incluindo a capacidade de equilíbrio pessoal, de inserção social e de relação interpessoal;
- Inserir os alunos no mundo do trabalho, nas relações sociais e culturais.

4. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal José Herculano tem por finalidade: atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos - EJA, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Dentre todas essas especificidades legais que toda instituição educacional deve prever nas suas ações, acreditamos que õas organizações escolares, ainda que estejam integradas num contexto cultural mais amplo, produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores (ou os ideais sociais) e as crenças que os membros da organização partilham.ö (pág. 29, organizações escolares em análise - BRUNET, 1988).

A escola pretende em diversos aspectos redimensionar e reavivar as ações da escola entre elas pode citar:

- **Autonomia da Escola:** A autonomia é um dos princípios centrais das políticas educacionais pretendendo dotar a escola com meios para responderem de forma útil aos desafios cotidianos. *A autonomia implica, por um lado, a responsabilização dos atores sociais e profissionais e, por outro, a preocupação de aproximar o centro de decisão da realidade escolar. A autonomia é também importante para a criação de uma identidade da escola, de um ethos específico e diferenciador, que facilite a adesão dos diversos atores e a elaboração de um projeto próprio. (pág. 27 Organizações)*

- **Liderança Organizacional:** A coesão e qualidade das ações educativas em uma escola dependem em larga medida da existência de uma liderança organizacional efetiva e reconhecida, que promova estratégias concentradas de atuação e estimule o empenho individual e coletivo na realização dos projetos de trabalho. Outro aspecto a se ter como legitimado e permanente é a escolha por uma tomada de decisão coletiva e participação colegial, envolvendo os objetivos de interesse comum.

- **Articulação Curricular:** Pretende-se articular e desenvolver uma adequada coordenação dos planos de estudo e priorizar modalidades de avaliação formativa (dialógica e processual) permitindo os alunos regularem seu percurso escolar.

- **Organização do Tempo e Espaço:** Pretende-se aperfeiçoar o tempo o máximo possível através da organização do calendário interno e escolar, o que traduz uma maior qualidade nas ações da escola. A organização do tempo escolar deverá considerar o ritmo próprio e o modo de organização interna de cada indivíduo. Um currículo escolar voltado para a diversidade cultural da comunidade e para a resposta aos problemas da realidade social e econômica;

A integração da comunidade e a oferta de atividades culturais e de lazer para os alunos, por parte de membros da comunidade, respeitando e valorizando a cultura local. Outros aspectos de grande relevância é a luta para garantir a ampliação do espaço físico.

A organização do tempo escolar de forma a permitir encontro dos professores para planejamento, estudos e discussões interdisciplinares, promovendo conseqüentemente o trabalho interdisciplinar em sala de aula.

A oferta de aulas de reforço é destaque também para as ações a serem realizadas.

- **Valorizar e Promover a Formação Profissional:** essa prática deverá prever a prática de trabalhos que visem a investigação-ação que dêem uma contribuição mais efetiva na melhoria das escolas. Essa é uma das formas de respeito e valorização do trabalho dos funcionários.

- **Participação dos pais:** Criar condições propícias para a participação e colaboração das famílias na vida escolar. Os pais, enquanto grupo interveniente no processo educativo pode dar um apoio ativo às escolas e devem participar num conjunto de decisões que lhes dizem diretamente respeito. Numa perspectiva individual, os pais podem ajudar a motivar e estimular os seus filhos, associando-se aos esforços dos profissionais de ensino.

Um dos objetivos da Escola Municipal José Herculano é possibilitar um ambiente formativo que contribua efetivamente com a formação humana, para que o aluno desempenhe seu papel na sociedade, intervindo com possibilidades de ação e atos de cidadania.

A missão da escola foi elaborada coletivamente por todos os segmentos representativos da comunidade escolar (apesar de não termos especificamente um conselho de escola regularizado legalmente) e foi baseada nas demandas sociais e educacionais da região, considerando que a escola deverá articular-se para reinventar uma nova função social da escola como se segue abaixo:

4.1. MISSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ HERCULANO

Oferecer uma educação que tenha por finalidade desenvolver o aluno nos seus aspectos físico, psicológico, cognitivo e social, estimulando e habilitando estes a atuarem na sociedade com senso crítico, iniciativa, criatividade, independência e responsabilidade social, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores, complementando com a ação e formação da família e da comunidade.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

5.1. ADMINISTRATIVA

5.1.1.Aspectos Físicos

A Administração da Escola Municipal José Herculano está a cargo da Secretaria Municipal de Educação - SEME, através de sua Secretária Municipal de Educação e coordenadora pedagógica designada para coordenar as questões de cunho pedagógico de todas as escolas do município.

A Diretoria é constituída pela Secretária Municipal de Educação e pela Coordenadora Pedagógica do município.

No ano de 1991, foi reativada a escola no âmbito urbano, que antes funcionava no distrito. A escola passou a funcionar em um prédio adaptado onde funcionava uma casa noturna (casa de prostituição), que desapropriada pelo prefeito da época, atendeu a reivindicação da comunidade que se sentia incomodada e constrangida com a violência (assassinatos, uso bebidas, drogas, etc.) e pelo comportamento dos frequentadores, transformou o espaço, juntamente com a associação de bairro em uma escola.

O prédio possui uma infra-estrutura precária, com pouca ventilação e iluminação, salas de aula pequenas, não possui sala de professores, biblioteca, diretoria, serviço pedagógico, laboratórios, etc.

A descrição do espaço físico atual é:

- Salas de aula : 05
- Sala de Vídeo: 01
- Refeitório / Cantina: 01
- Banheiros (Masculino e Feminino ó Para alunos): 02
- Banheiro para Funcionários: 01
- Despensa: 01
- Depósito: 02

- Secretaria / Diretoria / Coordenação Pedagógica: 01
- Pátio: 01
- ANEXO:

O anexo funciona em uma rua próxima à escola, caracteriza-se como uma casa de dois andares, arejada, bem iluminada, tendo seu espaço também adaptado. A Educação Infantil atualmente funciona nesta casa, anexo à escola, com duas turmas, sendo elas 1º e 2º períodos e também oferece atividades extra classe que objetiva desenvolver um trabalho de recuperação dos alunos em defasagem na aprendizagem.

A descrição do espaço físico atual do anexo é:

- Banheiros: 03
- Salas: 02
- Cozinha: 01 (a merenda não é feita lá);
- Pátio: 01
- Depósito: 01

5.1.2. Recursos Humanos

A equipe de profissionais que compõe o trabalho no estabelecimento de ensino é:

	PROFISSIONAIS	QUANTIDADE	Atribuições	Carga Horária de trabalho Semanal
GESTÃO	Diretor (a)	01	<ul style="list-style-type: none"> - Administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais; - Coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola; - Coordenar a administração pessoal; - Favorecer a gestão participativa da escola; - Gerenciar ações de desenvolvimento de recursos humanos da escola; - Orientar o funcionamento da secretaria escolar; - Participar do atendimento escolar no município; - Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Plano de 	40 hs/ semanais

			Desenvolvimento da Escola.	
	Vice- Diretor (a)	01	<ul style="list-style-type: none">- Substituir o Diretor em sua faltas e impedimentos eventuais;- Auxiliar o diretor direta e constantemente no desempenho de suas funções;- Supervisionar a manutenção da limpeza e conservação das instalações, bem como elaborar os horários de trabalho e delegar atribuições aos auxiliares de serviço;- Manter o controle de recebimento de material, distribuição, estoques e inventários;- Acatar e fazer cumprir as ordens emanadas do diretor com referência a administração da escola;- Não divulgar assuntos que por sua natureza forem sigilosas;	25 hs / semanais

			<ul style="list-style-type: none"> - Participar de movimentos em benefício da caixa escolar; - Superintender a disciplina do estabelecimento de acordo com a orientação do diretor; - Responsabilizar-se pela fiscalização da escrituração escolar e sua exatidão comunicando o diretor os desvios e / ou ilegalidades; - Desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza ou em virtude das disposições regulamentadas sejam decorrentes de suas atribuições; 	
	Pedagogo	01	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar o planejamento e implementação do projeto pedagógico da escola tendo em vista as diretrizes no plano de desenvolvimento da escola; - Coordenar o programa de capacitação profissional da escola; - Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo; 	40 hs/ semanais e 25hs / mensais

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">- Supervisionar os programas de ensino para as séries, ciclos e graus e cursos vigentes na escola;- Organizar, executar e divulgar as pesquisas e experiências pedagógicas;- Zelar pela didática apresentada pelos professores em suas aulas;- Planejar e realizar reuniões pedagógicas com os professores;- Supervisionar a seleção de livros e o texto;- Dar assistência cuidadosa ao corpo docente e supervisionar o seu trabalho;- Conscientizar os professores de suas responsabilidades;- Incentivar os professores para que promovam atividades de crescimento e criatividade dos alunos;- Zelar para que os diários de classe permaneçam em dia;- Visitar, freqüentemente, as classes a | |
|--|--|--|--|--|

			<p>fim de observar diretamente o ensino e aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colaborar com a disciplina geral da instituição de ensino; - Participar das reuniões de pais e mestres, empenhando-se para que haja maior compreensão e aproximação entre a família e a escola; - Comparecer as reuniões convocadas pelas autoridades do ensino; - Colaborar na solução de desajustes entre professores e alunos, juntamente com o diretor. 	
	Secretário	01	<ul style="list-style-type: none"> - Atender a solicitação dos órgãos competentes, no que se refere no fornecimento de dados relativos a instituição de ensino; - manter atualizada toda a documentação da instituição de ensino; - Redigir as correspondências oficiais 	30 hs / semanais

			<p>da escola e providenciar sua expedição;</p> <ul style="list-style-type: none">- Secretariar as reuniões realizadas;- Expedir diplomas, certificados, guias de transferências, certidões, declarações e outros documentos oficiais , assinados juntamente com o diretor;- Catalogar o material constante de arquivo;- Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor;- Organizar e manter em dia os fichários dos alunos, professores, funcionários e pessoal administrativo;- Inventariar, em livro próprio o material escolar, mobiliário, e outros pertences da escola;- Não divulgar assuntos que , por sua natureza são considerados sigilosos;- Registrar a matrícula dos alunos;- Registrar em livro a relação dos alunos	
--	--	--	---	--

			<p>que comporão as classes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter em dia os livros de registro, de atas e de ponto diário; - Lavrar atas dos resultados finais dos alunos; - Participar dos movimentos em benefício da Caixa Escolar; 	
DOCENTES	Professores Regentes	10*	<ul style="list-style-type: none"> - Ministras aulas; - Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola; - Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios pela Secretaria Municipal de Educação; - Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto político Pedagógico da Unidade de Ensino; - Promover uma avaliação contínua, 	25hs/ semanais

			<p>acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e sobre si mesmo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Promover as avaliações de acordo com os critérios do Projeto Político Pedagógico;- Participar do processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade escolar com vistas ao melhor rendimento do processo de ensino e aprendizagem, replanejando sempre que necessário;- Participar ativamente para o Conselho de Classe;- Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino;	
--	--	--	---	--

Professores Recuperadores	02*	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar a recuperação contínua e paralela de estudo para todos os alunos que durante o processo de ensino e aprendizagem não dominarem o conteúdo curricular ministrado; - Participar ativamente para o Conselho de Classe; - Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino; 	25 hs/ semanais
Professores Eventuais	02	<ul style="list-style-type: none"> - Substituir o professor regente na sua ausência; - Promover empréstimo de livros para o alunado; - Desenvolver projetos diversificados que contemplem a grade curricular; - Participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários, atividades 	25 hs/ semanais

			cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino;	
SERVIÇOS GERAIS	Vigia	02	<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar rondas de inspeção de forma a garanti a constante segurança da unidade escolar; - Controlar a entrada nas dependências do prédio, de pessoas sem identificação ou autorização como medida de segurança; - Comunicar ao diretor qualquer irregularidade ocorrida durante seu plantão, para que sejam tomadas as devidas providências; - Atender as ordens da administração do estabelecimento quanto a distribuição de serviço; - Cumprir o horário determinado pela legislação em vigor; - Abrir e fechar a instituição escolar, responsabilizando óse pelas chaves; 	

			<ul style="list-style-type: none"> - Comparecer a reuniões quando convocados pela direção; - Cuidar da conservação do prédio, das instalações sanitárias e do mobiliário; 	
	Auxiliar de Serviços Gerais	06	<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar a limpeza, manter em ordem as instalações escolares, providenciando a relação de materiais e produtos necessários; - Efetuar tarefas correlatas a sua função ; - Preparar e servir a merenda escolar, controlando ó a quantitativa e qualitativamente; - Informar o diretor da escola da necessidade de reposição do estoque, em tempo hábil; - Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo a limpeza e a arrumação; 	40 hs / semanais

Obs: Funcionários com (*) dividem a função em outras duas escolas municipais.

5.1.3. Recursos Financeiros

A escola é uma instituição social, que tem como objetivo a formação humana, a socialização dos saberes construído historicamente e a construção de novos saberes. Ela necessita que os atores nela envolvidos planejem suas ações e estabeleçam prioridades para que possam desenvolver as ações planejadas e cumprir a finalidade para a qual foi criada.

A participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo é condição básica para que a formação se concretize e a gestão seja transparente contando com o apoio de todos os segmentos.

A gestão da Escola Municipal José Herculano, busca gerir com eficiência os recursos financeiros, apesar de contar apenas com o conselho fiscal da caixa escolar, sabe-se a importância da formação do conselho escolar para a instituição, pois é ele um espaço de debate e tomadas de decisão no processo de gestão democrática pela escola, em todas as suas instâncias, além de contribuir para a concretização de sua autonomia.

Um dos recursos destinados a escola é a verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em parcela única anual, que visa a promoção da melhoria pedagógica e manutenção da infra-estrutura elevando assim a qualidade do ensino. Como não foi criado o conselho escolar os responsáveis pela definição da forma de utilização dos recursos são a direção, equipe pedagógica e demais funcionários, contando ainda com o envolvimento da comunidade escolar.

Outro recurso destinado é o Projeto de Manutenção das Escolas Municipais mantido pela Prefeitura Municipal de Caeté ó PMC, que entrou em vigor em 07/11/2005. Os recursos liberados se destinam ao pagamento da despesa com a manutenção da escola

podendo ser utilizados respeitando as categorias econômicas de custeio, nas seguintes finalidades:

- Manutenção
- Conservação e Pequenos Reparos da unidade escolar;
- Aquisição de material de consumo necessário para o funcionamento da escola;
- Fornecimento de lanches vinculados a realização de eventos previstos no calendário escolar;
- Despesas administrativas no Caixa Escolar.

Para a realização do projeto os recursos são transferidos diretamente às escolas da rede municipal de ensino a cada três meses em uma única parcela conforme o número de alunos existentes na instituição. A prestação de contas é feita dentro do prazo estabelecido perante a lei municipal à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

A escola arrecada o recurso da festa junina onde a renda é revertida aos alunos através da festa realizada na semana das crianças. A prestação de conta é feita somente para o controle interno. Não existe abertura de conta para esse fim.

5.1.4. Equipamentos e Mobiliário

Na Escola existem os seguintes recursos pedagógicos: televisão, aparelho de vídeo, aparelho de DVD, microsystem, caixa amplificadora de som, DVDs, livros didáticos e de literatura entre outros. O mobiliário geral da escola encontra-se em bom estado de conservação e não há escassez ou falta de mobiliário básico para o desenvolvimento das atividades.

5.2. PEDAGÓGICA

5.3.

A Escola Municipal ãJosé Herculanoö oferece as seguintes modalidades de ensino:

1. **Educação Infantil** ó Pré-escolar a partir dos 05/06 anos; uma turma no período matutino e outra turma no período vespertino.
2. **Ensino Fundamental I** ó Anos Iniciais (1º Ano do Ciclo A ao 2º Ano do Ciclo B), período matutino e vespertino.
3. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** ó 1ª à 4ª Série ó período noturno

O município optou pelo modelo de ciclo que se organiza em etapas bimestrais totalizando quatro etapas no decorrer do ano.

Os grupos são organizados conforme o desempenho e idade dos alunos sendo a organização por turmas em ciclos respectivos demonstrados a seguir:

EDUCAÇÃO INFANTIL	
1º PERÍODO	2º PERÍODO

ENSINO FUNDAMENTAL	
CICLO A	CICLO B
1º Ano	1º Ano
2º Ano	2º Ano
3º Ano	

A Educação de Jovens e Adultos ó EJA é definida semestralmente e anualmente como podemos verificar no quadro abaixo:

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	
SÉRIES	TEMPO DE DURAÇÃO
1º Série	ANUAL
2º Série	ANUAL
3º Série	SEMESTRAL

4º Série	SEMESTRAL
----------	-----------

5.2.1. Nº DE ALUNOS POR TURMA:

NOMENCLATURA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO / CAETÉ	QUANTIDADE DE ALUNOS POR SALA	Quantidade de turmas existentes na Escola
Educação Infantil /Ensino Fundamental		
1º Período	20	01
2º Período	25	01
1º Ano Ciclo A	20	01
2º Ano Ciclo A	25	02
3º Ano Ciclo A	25	03
1º Ano Ciclo B	30	02
2º Ano Ciclo B	30	02
Educação de Jovens e Adultos - EJA		
1ª Série	14	01
2ª Série	15	01
3ª Série	12	01
4ª Série	07	01

Importante salientar que existe um professor por turma e uma eventual que atende nas substituições, desenvolve projetos, disciplinas de educação física e empréstimos de livros para os alunos do ensino fundamental.

5.2.2. QUANTITATIVO DE PROFESSOR RECUPERADOR E EVENTUAL:

ALUNOS MATRICULADOS	PROFESSOR EVENTUAL	POFESSOR RECUPERADOR / PROJETO
De 01 a 150 alunos	01	01
De 151 a 300 alunos	01	02
De 301 a 450 alunos	02	02
Acima de 451 alunos	02	03

A distribuição de turmas nos estabelecimentos de ensino da rede municipal deverá ser feita observando-se:

- a) Classificação em Concurso Público;
- b) Tempo de Serviço na Escola;
- c) Tempo de Serviço na Rede Municipal de Ensino;
- d) Idade Maior.

As ações da escola são articuladas e definidas juntamente com a Secretaria Municipal de Educação ó SEME, através de reuniões pedagógicas mensais que possibilitam um espaço de discussão e articulação entre os coordenadores para a realização de diretrizes, discussão de casos, e divulgação de eventos e projetos desenvolvidos na rede municipal de ensino.

Os casos específicos de inclusão, turmas com baixo desenvolvimento nas avaliações externas e internas e outros, são analisadas pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e poderão dentro das disponibilidades orçamentárias, receber apoio de recursos humanos extra.

Nas atividades pedagógicas internas existem a realização de Reuniões Técnico Pedagógicas ó RTPs que têm periodicidade mensal, objetivando divulgar e desenvolver propostas de atividades coletivas, informações essenciais ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Outro trabalho desenvolvido na escola é através dos módulos de estudos mensais que acontecem com os professores e tem como objetivo discutir temas que estão estreitamente relacionados a demanda da equipe de profissionais, que encontram nesse espaço uma possibilidade de discutir teoricamente com o grupo e encontrar novas possibilidades de intervenção.

6. CURRÍCULO

O currículo adotado pela escola é determinado por parâmetros e diretrizes nacionais, fundamentada teoricamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais ó PCN, que dentro da realidade escolar possibilita uma análise que permita conhecer não como se faz o currículo, mas compreender o que o currículo faz.

Importante salientar que ao se pensar e sistematizar as práticas curriculares na escola, a equipe de profissionais adotou os quatro pilares da educação para nortear as escolhas e ações dessas práticas que são: aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser, aprender a aprender.

Nesta perspectiva recorreremos a alguns autores que podem fundamentar esses processos de implementação do currículo considerando essas características salientadas acima. Seguindo Althusser, a escola é compreendida como aparelho ideológico do Estado, que produz e dissemina a ideologia dominante através, principalmente, dos conteúdos. Bowles e Gintis dão ênfase à aprendizagem por meio da vivência e das relações sociais

na escola que irão repercutir na formação de atitudes necessárias no mercado de trabalho capitalista. Bourdieu e Passeron desenvolvem o conceito de reprodução e capital cultural, onde a cultura dominante incorpora, introjeta e internaliza determinados valores dominantes através do currículo escolar. Na concepção fenomenológica o currículo é concebido como um lugar de experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência. Para Michael Apple, o currículo representa, de forma hegemônica, as estruturas econômicas e sociais mais amplas. Assim, o currículo não é neutro, desinteressado. O conhecimento por ele corporificado é um conhecimento particular. Importa saber qual conhecimento é considerado verdadeiro. A reprodução social não se dá de forma tranqüila, há sempre um processo de contestação, conflito, resistência.

É importante pensarmos em um currículo que venha possibilitar a construção da lógica de uma política cultural que constrói significados e valores culturais e sociais para os jovens participantes das intervenções curriculares. O currículo deve ser considerado uma construção social.

O currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Resulta da interação entre os sujeitos que têm os mesmos objetivos e implica opção por um referencial teórico que lhes dê sustentação.

O currículo é um instrumento que deve levar em conta as diversas possibilidades de aprendizagem não só no que concerne à seleção de metas e conteúdos, mas também na maneira de planejar as atividades. O currículo precisa ser revisto permanentemente para acompanhar os anseios da sociedade em relação à educação dos alunos.

Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum a ser complementada por uma parte diversificada exigida pelas características locais e da sociedade, da cultura, da economia e do alunado. Os currículos que devem abranger

obrigatoriamente o estudo de língua portuguesa e da matemática o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil.

O ensino da arte constituirá um componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. A educação física é integrada a proposta pedagógica da escola é um componente curricular da educação básica ajustando ó se as faixas etárias. O ensino de História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente das matrizes indígenas, africanas e européias.

A educação ambiental e o Programa de Higiene Bucal são desenvolvidas como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

O currículo vem refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho deverá expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que essa construção se efetive.

No calendário escolar consta o início e término do ano letivo, com número de dias determinados pela legislação em vigor, início e término do ano escolar, considerados os dias destinados ao planejamento pedagógico, os feriados e recessos, férias escolares e conselho de classe.

Considera-se como dia escolar os dias destinados a realização de assembléia geral para escolha dos membros do colegiado escolar, os dias destinados ao planejamento de reuniões técnico pedagógicas, os dias reservados as avaliações externas (PROVA BRASIL, SIMAVE, PROEB, PROALFA), programações culturais cívicas e

pedagógicas da escola, os dias destinados ao Conselho de Classe, o dia para análise dos resultados e produção de relatórios das avaliações externas realizadas.

7. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

Ao adotar os ciclos de formação humana, a escola se baseou em seus elementos identificadores (alunos, localização, dimensão, professores entre outros), as características do aluno que queremos, formar os conteúdos curriculares, a orientação didática que assumimos, as condições de infra-estrutura da escola e os recursos que dispomos para trabalhar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBEN no seu artigo 34: ãA jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos 4 horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, sugere uma nova organização da escola.

À luz da LDBEN e com base na experiência de alguns projetos já desenvolvidos no município de Caeté, houve uma tentativa de aumento do tempo das crianças em atividades educativas (oficinas diversas, esporte, recreação, artes e reforço escolar) através de um projeto que é desenvolvido em um espaço onde funciona um clube, tempo este que foi estendido para oito horas diárias como alternativa para impactar na qualidade do ensino. Os alunos que freqüentam essas atividades são de diversas escolas da rede municipal, sendo a maioria de nossa escola.

Na organização interna das atividades realizadas em sala de aula, é importante ressaltar que cada módulo aula de sessenta (60) minutos, isto é, cada aula e oficina têm esta duração. Cada turma possui um único professor que acompanha o desenvolvimento da turma durante todas as etapas do ano, sendo o professor eventual um ator importante na articulação das atividades, pois ele é responsável por desenvolver atividades de educação física, projeto de literatura e responsável pela circulação e empréstimo de livros na escola. Neste momento que o professor eventual realiza essas atividades o professor regente, tem garantido um momento para planejamento que se caracteriza em

organizar suas atividades, conversar com professores de reforço escolar e pedagogo, além de fazer atendimento aos pais que queiram ocasionalmente conversar sobre o desenvolvimento de seus filhos. As atividades são pensadas e elaboradas de forma diversificadas, permitem a inserção de todos no trabalho escolar, independentemente dos diferentes níveis de conhecimento e experiência presentes entre os alunos de uma mesma classe e é dada a possibilidade de escolha ao aluno para desenvolvê-las.

No atendimento à crianças mais novas, deve-se compartimentar o mínimo possível o tempo escolar, sendo preferível que a divisão do mesmo seja determinada pelo ânimo e ritmo das próprias crianças. De acordo com alguns estudos: *Os projetos de trabalho, por exemplo, demandam tempos mais amplos, atividades mais largas e interdisciplinares, menos sujeitas aos toques sonoros que determinam a mudança de atividades e/ou disciplinas. Um professor único, que conduza de maneira globalizante o seu trabalho com as diferentes disciplinas, é uma prática adotada nas escolas elementares de muitos países que apresentam um bom resultado educacional.*

O tempo destinado às avaliações somativas são previstas no nosso calendário interno através de decisões coletivas logo no início do ano. É recorrente realizarmos uma semana de aplicação das avaliações que são realizadas pelos alunos e conseqüentemente havendo a correção e fechamento da etapa, os professores e equipe pedagógica realizam Reuniões de Pais, objetivando repassar os resultados da avaliação feita ao longo da etapa, desempenho na aprendizagem, dentre outros assuntos inerentes ao cotidiano da turma.

A recuperação paralela acontece diariamente, no período de uma hora, sendo focado maior estímulo à leitura e escrita, e a resolução de problemas matemáticos. Todas as turmas são atendidas, sendo encaminhadas preferencialmente após observações sobre o rendimento do aluno, normalmente após avaliações diagnósticas e somativas realizadas ao longo das etapas do ciclo.

HORÁRIO DE REFORÇO ESCOLAR**TURNO DA MANHÃ**

Horário	Turma	Professora
07:00 às 08:00 HS	3º Ano A	Geralda
08:00 às 09:00 HS	3º Ano A	Juliane
09:00 às 09:10 (INTERVALO)	(INTERVALO)	(INTERVALO)
09:10 às 10:10 HS	2º Ano A	Marina
10:10 às 11:20 HS	2º Ano A	Sônia

TURNO DA TARDE

Horário	Turma	Professora
12:30 às 13:30 HS	2º Ano B	Dayse
13:30 às 14:30 HS	1º Ano B	Carla
14:30 às 15:30 HS	1º Ano B	Nádia
15:30 às 15:40 HS (INTERVALO)	(INTERVALO)	(INTERVALO)
15:40 às 16:50 HS	2º Ano B	Rita

OBS: O Reforço Escolar acontecerá todos os dias, tendo duração de 01 hora diária e terá a seguinte organização:

- Língua Portuguesa: Segunda, Quarta e Sexta.
- Matemática: Terça , quinta-feira

A Turma de 3º Ano A (Prof. Geralda - Manhã) será desenvolvido um projeto paralelo para atender as demandas reais da turma, conforme verificado em avaliação diagnóstica.

As atividades da professora eventual se tornam base para as professoras regentes organizarem seus horários e determinarem e divulgarem para alunos e pais as aulas que acontecem no decorrer da semana. Portanto, a organização dos horários varia de turma para turma, claro que fundamentados no horário da professora eventual como e explicitado abaixo.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

PROFESSORA EVENTUAL

MANHÃ

<u>1º Recreio</u>	<u>2º Recreio</u>	<u>Segunda</u>	<u>Terça</u>	<u>Quarta</u>	<u>Quinta</u>	<u>Sexta</u>
07:00 às 07:30 HS	07:00 às 07:30 HS	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	2º Ano B <u>Lit.</u>	1º Ano B <u>Lit.</u>	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)
07:30 às 08:00 HS	07:30 às 08:00 HS	2º Período <u>O.M</u>	2º Ano B <u>Lit.</u>	1º Ano B <u>Lit.</u>	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)
08:00 às 08:30 HS	08:00 às 08:30 HS	2º Ano B <u>Lit.</u>	<u>Planejamento</u>	2º Período <u>Lit.</u>	1º Ano B <u>Lit.</u>	3º Ano A <u>Lit.</u>
08:30 às 09:00 HS	08:30 às 09:00 HS	2º Ano B	<u>Planejamento</u>	2º Período	1º Ano B	3º Ano A

		<u>Lit.</u>		<u>Lit.</u>	<u>Lit.</u>	<u>Lit.</u>
09:00 às 09:20 HS (RECREIO)	09:00 às 09:30 HS	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO
09:20 às 09:50 HS	09:30 às 10:50 HS (RECREIO)	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO
09:50 às 10:20 HS	09:50 às 10:20 HS	1º Ano B <u>O.M</u>	3º Ano A <u>O.M</u>	1º Ano B <u>O.M</u>	2º Ano B <u>O.M</u>	2º Ano B <u>O.M</u>
10:20 às 10:50 HS	10:20 às 10:50 HS	1º Ano B <u>E.F</u>	3º Ano A <u>E.F</u>	1º Ano B <u>E.F</u>	2º Ano B <u>E.F</u>	2º Ano B <u>E.F</u>
10:50 às 11:20 HS	10:50 às 11:20 HS	1º Ano B <u>E.F</u>	3º Ano A <u>E.F</u>	1º Ano B <u>E.F</u>	2º Ano B <u>E.F</u>	2º Ano B <u>E.F</u>

Legenda:**O.M** : Oficina de Matemática**Lit.** : Literatura**E.F.** : Educação Física

PROFESSORA EVENTUAL**TARDE**

<u>1º Recreio</u>	<u>2º Recreio</u>	<u>Segunda</u>	<u>Terça</u>	<u>Quarta</u>	<u>Quinta</u>	<u>Sexta</u>
12:30 às 13:00 HS	12:30 às 13:00 HS	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	2º Ano A <u>Lit.</u>	<u>Planejamento</u>	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)
13:00 às 13:30 HS	13:00 às 13:30 HS	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	2º Ano A <u>Lit.</u>	<u>Planejamento</u>	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)	Empréstimo (Tarefas Auxiliares)
13:30 às 14:00 HS	13:30 às 14:00 HS	1º Ano A <u>Lit.</u>	2º Ano A <u>Lit.</u>	<u>3º Ano A</u> <u>Lit.</u>	1º período <u>Lit.</u>	3º Ano A <u>Lit.</u>
14:00 às 14:30 HS	14:00 às 14:30 HS	1º Ano A <u>Lit.</u>	2º Ano A <u>Lit.</u>	<u>3º Ano A</u> <u>Lit.</u>	1º período <u>Lit.</u>	3º Ano A <u>Lit.</u>
14:30 às 14:50 HS (RECREIO)	14:30 às 15:00 HS	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO
14:50 às 15:20 HS	15:00 às 15:20 HS (RECREIO)	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO	RECREIO
15:20 às 15:50 HS	15:20 às 15:50 HS	3º Ano A <u>O.M</u>	3º Ano A <u>O.M</u>	2º Ano A <u>O.M</u>	2º Ano A <u>O.M</u>	1º Ano A <u>O.M</u>
15:50 às 16:20HS	15:50 às 16:20HS	3º Ano A <u>E.F</u>	3º Ano A <u>E.F</u>	2º Ano A <u>E.F</u>	2º Ano A	1º Ano A <u>E.F</u>

					<u>E.F</u>	
16:20 às 16:50 HS	16:20 às 16:50 HS	3º Ano A <u>E.F</u>	3º Ano A <u>E.F</u>	2º Ano A <u>E.F</u>	2º Ano A <u>E.F</u>	1º Ano A <u>E.F</u>

Legenda:**O.M** : Oficina de Matemática**Lit.** : Literatura**E.F** : Educação Física**ATIVIDADES GERAIS**

ATIVIDADES	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Reunião Técnico Pedagógica ó RTP	- Espaço para discutir questões que reflitam os conteúdos e papel que a mesma desempenha para as famílias que atende. As reuniões pedagógicas são responsáveis por formar um professor que fale com propriedade do que a escola pensa, deve ser espaço de debate e articulação clara entre questões administrativas e as pedagógicas. Promover uma cultura coletivizada de	Diretor / Pedagogo	Mensal

	um grupo de educadores.		
Módulos	Espaço para estudo com professores sobre temas referentes as demandas cotidianas.	Pedagogo	Mensal
Site da Escola	Organização e divulgação das questões pedagógicas da escola, ofícios, convites, etc.	Diretores	Mensal
Conselho de Classe	Análise e estudo de casos.	Diretores / Coordenação Pedagógica / Professores	Bimestral
Reunião de Pais	Divulgar informações a respeito do desenvolvimento da criança, promover e estimular maior participação da comunidade nas questões inerentes a escola.	Diretor / Pedagogo	Bimestral
Reuniões de Capacitação	Promover atualização e acesso as discussões e conhecimentos atuais sobre diversos temas.	SEME	Bimestral

8. PROCESSOS DE DECISÃO

Estamos buscando concretizar e fortalecer um Conselho Escolar para formalizar as decisões do grupo, possibilitando uma maior e melhor interação entre comunidade e escola que poderá facilitar a delinear e a reformular o Projeto Político Pedagógico ó PPP de forma participativa e constante. Até então os espaços coletivos de decisão não são formalizados e são caracterizados pelas reuniões de professores e de pais e através do Conselho Fiscal instituído por lei.

Definimos vários princípios e estratégias contempladas no PPP, entre elas a de uma organização escolar que favorecesse:

- A participação de todos os segmentos nas decisões pedagógicas e administrativas;
- A representatividade de toda a comunidade escolar através do Conselho Escolar e da Associação de pais e Mestres (APM);

Desta forma acreditamos concretizar e efetivar verdadeiramente os processos democráticos da instituição escolar.

09. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na escola devem-se basear em atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva.

Na escola, as interações dentro da sala de aula vão além do simples encontro entre professor e aluno, pois é lá que o conhecimento é construído, compartilhado e reconstruído.

Na relação entre professor e seus alunos, deve, também, ser construída uma rede de ricas interações, onde cada um, à sua maneira, possa dar sua contribuição, recebendo apoio e ajuda para se desenvolver e aprender. Nas interações que acontecem na escola cada aluno tem o direito de expressar suas idéias, de mostrar o seu jeito próprio de ver o mundo, de expressar o seu poder, a sua capacidade de realização. E é bom lembrar que cada aluno sabe algo que seus colegas e seu professor não sabem. Convidar ou ser convidado para participar dessa tarefa, pode ser um caminho para que essa rede funcione como instrumento de aprendizagem. Uma boa comunicação entre os professores e os alunos, facilitará a criação dessa rede.

O conhecimento desenvolvido e assimilado em sala de aula é resultado de uma relação pedagógica, da construção de uma prática educativa responsável pela formação do homem e pela visão de mundo que se desenvolve nos seres humanos. É pela ação e transformação das relações que a subjetividade, nossa e de nossos alunos, vai-se formando e transformando.

As relações que se estabelecem em uma sala de aula refletem a maneira como a questão da autoridade está sendo considerada por professores, direção, funcionários e alunos. As relações sociais que se desenvolvem numa escola vão refletir o verdadeiro projeto da instituição. Por isso defendemos em nossa prática uma ação mais humana, cuidadosa e que considere o nível de desenvolvimento e características que este aluno demanda cotidianamente.

A formação continuada dos profissionais tem uma grande importância nas relações cotidianas que se estabelecem na instituição escolar. Como o município adota o Sistema Aprende Brasil - Positivo esta equipe de profissionais do sistema positivo, além de auxiliar no trabalho cotidiano do livro didático em sala de aula, promove capacitações regulares para a equipe de professores, pedagogos e gestores da educação. Essas capacitações acontecem semestralmente o que favorece a troca de experiências e instrumentaliza o professor a lidar de forma cada vez mais capacitada com situações conflituosas do cotidiano escolar.

A relação família e escola é um outro fator de extrema relevância para o desenvolvimento dos alunos no âmbito escolar. Apesar de toda a evidência e importância que tem o núcleo familiar no contexto escolar acreditamos que essa relação não deve se restringir somente a família, mas possibilitar uma relação que pretenda ser compartilhada entre grupos representativos de parceiros educativos ó pais e professores. Nesta perspectiva, pretendemos superar as relações individuais para promover as coletivas, fazendo com que cada pessoa envolvida no processo reconheça as suas atribuições e suas responsabilidades e compromissos com cada um dos alunos.

Percebe-se que as relações e decisões coletivas, que se tornam ações de colaboração entre família, sociedade e comunidade escolar, não são isenta de riscos e mal entendidos. Caracteriza-se em uma relação conflituosa, dada as demandas e interesses dos envolvidos. *Por um lado, a família, que já responde pelos valores e atitudes dos filhos, passam a ter, ainda, a atribuição de contribuir para a qualidade e quantidade de informação fornecida ao seu filho. Por outro lado, a escola já não tem apenas funções de instrução, e passa também a ser responsável pela lacuna que muitas famílias tem deixado na educação dos filhos. Os conteúdos escolares passam por um projeto maior que devem conjugar instrução e formação.*

10. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação desenvolvido na escola tem como objetivo superar a lógica da avaliação como instrumento sancionador e qualificador, onde o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos. (ZABALA, 195:1998). Para superarmos essa visão é necessário ir para além da perspectiva tradicional da avaliação que tem centrado exclusivamente nos resultados obtidos pelos alunos. Pretende-se com isso fortalecer a concepção de avaliação no processo de ensino/aprendizagem, favorecendo uma concepção de avaliação em todo o processo e na sua globalidade. Nesta perspectiva podemos considerar de grande relevância dois processos avaliáveis que são como o aluno aprende e como o professor ou professora ensina. Portanto, podemos considerar que temos dois sujeitos da avaliação, o que poderíamos denominar como uma dupla dimensão, aplicável também a todo o processo decorrente das ações educativas que são por eles influenciadas e influenciáveis. Podemos concluir então que o sujeito da avaliação não apenas se centra no aluno, mas se centra também na equipe que intervém no processo.

Quando a formação integral é a finalidade principal do ensino e, portanto, seu objetivo é o desenvolvimento de todas as capacidades da pessoa e não apenas as cognitivas, muitos dos pressupostos da avaliação mudam. Em primeiro lugar, e isto é muito importante, os conteúdos de aprendizagem a serem avaliados não serão unicamente conteúdos associados às necessidades do caminho para a universidade. Será necessário, também, levar em consideração os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que promovam as capacidades motoras, de equilíbrio e de autonomia pessoal, de relação interpessoal e de inserção social. Uma opção desta natureza implica uma mudança radical na maneira de conceber a avaliação, posto que o ponto de vista já não é seletivo, já não consiste em ir separando os que não podem superar distintos obstáculos, mas em oferecer a cada um dos meninos e meninas a oportunidade de desenvolver, no maior grau possível, todas suas capacidades. O objetivo do ensino não centra sua atenção em certos parâmetros finalistas para todos, mas possibilidades pessoais de cada um dos alunos. (ZABALA, 197:1998)

Entende-se, portanto, que a finalidade da avaliação é ser um instrumento educativo que tenha capacidade de informar significativamente sobre o desempenho do aluno, que faça valorização do processo de aprendizagem seguido pelo aluno, com objetivo de lhe

oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas fazendo com que a equipe de profissionais se adequem e criem estratégias mais significativas de aprendizagem.

Por que avaliar? O aperfeiçoamento da prática educativa é o objetivo básico de todo educador. E se entende este aperfeiçoamento como meio para que todos os alunos consigam o maior grau de competências, conforme suas possibilidades reais. O alcance dos objetivos por parte de cada aluno é um alvo que exige conhecer os resultados e os processos de aprendizagem que os alunos seguem. E para melhorar a qualidade do ensino é preciso conhecer e poder avaliar a intervenção pedagógica dos professores, de forma que a ação avaliadora observe simultaneamente os processos individuais e os grupais. Referimo-nos tanto aos processos de aprendizagem como aos de ensino, já que, desde uma perspectiva profissional, o conhecimento de como os meninos e meninas aprendem é, em primeiro lugar, um meio para ajudá-lo em seu crescimento e, em segundo lugar, é o instrumento que tem que nos permitir melhorar nossa atuação na aula. (ZABALA, 201:1998)

A avaliação institucional neste contexto é de suma importância, pois questiona o habitual, o cotidiano e a naturalização de ações que estão cristalizadas em nossas práticas. Considerando as concepções de avaliação e os seus respectivos processos e construções já formuladas pelos alunos e professores a seu respeito, podemos afirmar que

Difícilmente podemos conceber a avaliação como formativa se não nos desfazemos de algumas maneiras de fazer que impeçam mudar as relações entre os alunos e os professores. Conseguir um clima de respeito mútuo, de colaboração, de compromisso com um objetivo comum é condição indispensável para que a atuação docente possa se adequar às necessidades de uma formação que leve em conta as possibilidades reais de cada menino e menina e o desenvolvimento de todas as capacidades. A observação da atuação dos alunos em situações menos artificiais possível, com um clima de cooperação e cumplicidade, é a melhor maneira, para não dizer a única, de que dispomos para realizar uma avaliação que pretenda ser formativa. (ZABALA, 210:1998)

A função da escola e da verdadeira responsabilidade profissional passa por conseguir que nossos alunos atinjam o maior grau de competência em todas as suas capacidades, investindo todos os esforços em superar as deficiências que muitos deles carregam por motivos sociais, culturais e pessoais. (ZABALA, 212:1998)

Os processos de avaliação do aproveitamento deverão diagnosticar, de preferência: a compreensão dos fatos, estabelecimento de relações, aplicação de conhecimentos e habilidades adquiridas, promovendo aprendizagem significativa. O professor deverá utilizar variados instrumentos avaliativos adequados aos objetivos propostos. Dentre eles podemos ressaltar a observação, experiências, exercícios, provas, pesquisas, trabalhos individuais e em grupo, análises, debates, técnicas e auto-avaliação.

Ao observar o aluno o professor levará em conta a participação dinâmico-positiva nas aulas e atividades escolares, que demonstra interesse em progredir a consciência crítica, assiduidade e pontualidade nas atividades e na execução dos trabalhos, organização e responsabilidade com suas tarefas, os avanços e dificuldades do processo, conduta ética e facilidade de relacionamento, aceitação de divergências e cooperação com os colegas.

A verificação do rendimento é um processo contínuo, dinâmico, diagnóstico e investigativo do desempenho do aluno, em que devem participar professores, alunos e especialistas.

A avaliação não poderá considerar apenas o produto, mas também o processo de aprendizagem e os aspectos atitudinais demonstradas pelo aluno, compatível com organização curricular de formação básica. É importante considerarmos a avaliação como um processo para acompanhar a aquisição de competências e habilidades necessárias à formação dos alunos, como um processo para verificar a eficácia do trabalho docente, corrigindo e revendo ações em busca de uma adequação às características dos alunos. Para os alunos a avaliação deverá ser compreendida como um momento de aprendizado na medida em que propicia a tomada de consciência, por parte dele, dos seus progressos e dificuldades e conseqüentemente para os pais que devem ser informados sobre os processos vividos pelos filhos na escola, sensibilizando a família para um trabalho educativo em conjunto.

O processo de avaliação será um contínuo e sistemático, abrangendo aspectos quantitativos e qualitativos, e caberá ao Conselho de Classe definir os instrumentos de acompanhamento e registro da aprendizagem dos alunos e avaliar, com base nas informações de cada disciplina, o seu desempenho global. A avaliação será registrada através de conceitos, nas etapas dos ciclos, e os instrumentos de avaliação serão elaborados pelos professores, supervisores, de acordo com o currículo desenvolvido no

Ensino Fundamental. A Secretaria de Educação do Município também irá articular e dar apoio na elaboração da definição desses processos de avaliação.

Abaixo explicitamos a forma com que organizamos e definimos os registros avaliativos.

CRITÉRIOS CONSIDERADOS PARA A REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NA ESCOLA

DISCIPLINA	CONTEÚDO	VALORES E CONCEITOS			
			A= 80 a 100%	B= 60 a 79,9%	C=- 60
<u>Língua Portuguesa</u>	Comprometimento	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Linguagem Oral	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	-1,2
	Produção de Texto	3,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Literatura	3,0	2,4 a 3,0	1,8 a 2,3	- 1,8
	Interpretação	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Somativa	10,0	8,0 a 10	6,0 a 7,9	- 6,0
<u>Matemática</u>	Comprometimento	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Resolução de Problemas	4,0	3,2 a 4,0	2,4 a 3,1	- 2,4
	Fatos	4,0	3,2 a 4,0	2,4 a 3,1	- 2,4
	Operações	3,0	2,4 a 3,0	1,8 a 2,3	- 1,8
	Geometria	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Somativa	10,0	8,0 a 10	6,0 a 7,9	- 6,0
<u>Ciências</u>	Comprometimento	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Trabalho de Campo	3,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Avaliação com Consulta	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0

	Pesquisa	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Somativa	10,0	8,0 a 10	6,0 a 7,9	- 6,0
<u>Geografia</u>	Comprometimento	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Trabalho de Campo	3,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Avaliação com Consulta	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Pesquisa	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Somativa	10,0	8,0 a 10	6,0 a 7,9	- 6,0
<u>História</u>	Comprometimento	2,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Trabalho de Campo	3,0	1,6 a 2,0	1,2 a 1,5	- 1,2
	Avaliação com Consulta	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Pesquisa	5,0	4,0 a 5,0	3,0 a 3,9	- 3,0
	Somativa	10,0	8,0 a 10	6,0 a 7,9	- 6,0

OBS: Os conceitos/notas se constituem em apenas um instrumento que dispomos para a avaliação.

Na avaliação do aproveitamento do aluno será adotado sistema de conceitos, com escalas de notas, fichas descritivas, gráfico, devendo ser objeto de reflexão entre alunos, professores e pais. Para efeito de uniformidade e compreensão universal dos resultados, deverá haver equivalência entre notas numéricas e conceito, como foi explicitado no quadro acima.

Os créditos serão conferidos na seguinte proporção: 40% (quarenta por cento) em atividades: pesquisa, exercícios, trabalhos individuais ou em grupos, argüições, análises,

testes ou outros tipos de avaliação e 60% (sessenta por cento) para a avaliação bimestral, obrigatória.

O processo de apuração de assiduidade ficará a cargo dos professores, que deverão fazer o registro diário de frequência dos alunos, através dos diários de classe.

Os resultados dos alunos do Ensino fundamental serão comunicados aos pais ou responsáveis através de reuniões de pais e do boletim de notas da etapa ou fichas descritivas.

A periodicidade da avaliação se dará através de uma avaliação diagnóstica de aprendizagem sempre no início do ano letivo, cujo resultado servirá para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa de ensino. A avaliação será contínua e cumulativa, podendo ser expressa em fichas descritivas e conceitos para conhecimentos dos alunos e seus responsáveis. Cada professor deverá apresentar aos alunos e à supervisão seus critérios usados para avaliação de cada etapa no início dos mesmos. Importante ressaltar também as avaliações externas que são aplicadas na escola como Provinha Brasil, Pro-Alfa, PROEB, SIMAVE e os simulados que são realizados com frequência pela Secretaria de Educação do município.

Para a promoção dos alunos serão consideradas a avaliação de aproveitamento e a apuração da assiduidade, sendo que no ensino fundamental será adotado o regime de progressão continuada por tratar-se de ciclo. Isso significa que o aluno somente poderá ser retido no final de cada etapa do ciclo caso não consiga atingir satisfatoriamente os objetivos deste ciclo.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm, consultado em , 03/02/2009.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>, consultado em 03/02/2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>, consultado em 03/02/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e aproveitamento significativo do tempo pedagógico / elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. ó Brasília: MEC, SEB, 2004. 64p.:(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 4).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil / elaboração Luiz Fernandes Dourado...[et al.]. ó Brasília: MEC, SEB, 2006. 92p.:(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 7).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania / elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. ó Brasília: MEC, SEB, 2004. 56p.:(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36ª.Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.148p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Veredas ó Formação Superior de Professores: módulo 5 ó volume 3/ SEE-MG; organizadoras: Maria Umbelina Caiafa Salgado, Glaura Vasques de Miranda ó Belo Horizonte: SEE- MG, 2004. 3v.:(Coleção Veredas).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

NÓVOA, Antonio (org). As Organizações Escolares em Análise. Coleção: Temas de Educação. Editora: Publicação Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional. LISBOA, 1995. 188 pg.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade. Uma Introdução às teorias do Currículo. 2ª Edição. 7ª reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 156p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956 - Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico ó Elementos metodológica para elaboração e realização, 10ª Edição. / Celso Vasconcellos. ó São Paulo: Libertad, 2002. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; V.1) 200p.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar / Antoni Zabala, trad. Ernani F.da F.Rosa. ó Porto Alegre: ArtMed, 1998.222p.

12. ANEXOS

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ HERCULANO - EMJH

CALENDÁRIO INTERNO ó 2009

FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
- Aniversário da cidade ó 14 - Aniversário da Escola - 28	- Dia Internacional da Mulher - 08 - Semana da Educação ó 12/16 - Dia Mundial da Água ó 22 - Semana da Alimentação ó 23/27 - Circo -15	- Dia Mundial da Saúde ó 07 - Dia do Livro ó 18 - Dia do Índio ó 19 - Descobrimento do Brasil ó 22 Páscoa ó 17 - Projeto Dengue - 13/17	- Dia do Trabalhador - 01 - Comunicações ó 05 -Dia das Mães ó 10 - Semana do Trânsito - 15/21 - Feira Cultural - 22	Festa Junina - 06	- Dia do Meio Ambiente -05 - Conselho de Classe -16 -Festa da Família ó 11

AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
- Dia dos Pais -09 -Dia do Estudante-11 -Dia do Supervisor-22 -Dia do Folclore-22 Dia do Soldado-25	-Desfile-07 -Dia da Árvore-21 -Início da Primavera-22 - Dia da Secretária- 30	-Dia do Prefeito-02 - Semana das Crianças- 05/09 -Festa do Professor-12	- Dia do Diretor-02 -Proclamação da República -15 - Dia da Bandeira-19 - Semana da Consciência Negra- 16/20	-Formatura -09 - Conselho de Classe- 16	

OBS: Momento Cívico ó Hino Nacional toda sexta-feira;

Última sexta-feira do mês, momento cívico com as comemorações do mês.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CICLOS DE FORMAÇÃO BÁSICA- ENSINO FUNDAMENTAL	SER 01	MUNICÍPIO					DISTR./LOCALIDADE			
DENOMINAÇÃO ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAETÉ	ANO DE REFERÊNCIA 2009					TURNO MANHÃ/TARDE					
CICLOS INDICADORES FIXOS											
DIAS LETIVOS SEMANAIS: 200 AULA ESPECIALIZADA: EDUCAÇÃO FÍSICA (-)	SEMANAS LETIVAS ANUAIS:40 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA (-)					HORA RELÓGIO ANUAIS: 833H20MIN TURMA: 1º AO 5º ANO RECREIO: 20 MINUTOS					
PARTE COMUM							PARTE DIVERSIFICADA				
CÓDIGO	01000	02000	07000	06000	03000	08000	09000	09001	01003	05012	TOTAL DE HORAS RELÓGIO ANUAIS
DENOMINAÇÃO	Língua Portuguesa	Matemática	Geografia	História	Ciências	Educação Física	Educação Artística	Ensino Religioso Resol.	Literatura Infantil e Juvenil	Educação Ambiental	

								757/74			
3º Período	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20
1º Ano	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20
2º Ano	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20
3º Ano	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20
4º Ano	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20
	220	186:40	80	80	80	66:40	33:20	20	33:20	33:20	833:20

- Lei Nº 13.411/99- Estudo sobre Uso de Drogas e dependência Química integrado nas disciplinas do Núcleo Curricular Básico;
- Lei Nº 10.639/03 ó Ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira integrado nas disciplinas do Núcleo Curricular Básico;
- Lei Nº11.769/08- Obrigatoriedade do ensino da música na educação básica;
- Duração dos módulos de Eudcção Artística, Educação Física, Literatura Infantil e Educação Ambiental ó 50min.
- Os demais conteúdos 30min.

QUADRO CURRICULAR**EDUCAÇÃO INFANTIL**

ESCOLA MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CEMAE I, II, III.							
MUNICÍPIO: CAETÉ				SETOR: 10			
VIGÊNCIA: 2009				SER: METROPOLITANA A			
EDUCAÇÃO INFANTIL							
REGIME ANUAL							
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL/ CONHECIMENTO DE MUNDO	1º PERÍODO			2º PERÍODO			
	EIXOS DE TRABALHO	AS	MA	CHA	AS	MA	CHA
	IDENTIDADE E AUTONOMIA	01	40	33h20min	01	40	33h20min
	MOVIMENTO	01	40	33h20min	01	40	33h20min
	MÚSICA	03	120	100h	03	120	100h
	ARTES VISUAIS	03	120	100h	03	120	100h
	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	06	240	200h	06	240	200h
	NATUREZA E SOCIEDADE	02	80	66h40min	02	80	66h40min
	MATEMÁTICA	06		200h	06	240	200h

SUBTOTAL	22	880	733h20min	22	880	733h20min
RECREIO	-	120	100h	-	120	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL	22	1000	833h20min	22	1000	833h20min

INDICADORES FIXOS**DURAÇÃO DO MÓDULO:**

- REGÊNCIA DE TURMA: 01
- DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
- CARGA HORÁRIA ANUAL: 833H20MIN
- DURAÇÃO DO RECREIO:30MIN.

REGÊNCIA DE AULA: 01
 SEMANAS LETIVAS ANUAIS:40
 DURAÇÃO DO TURNO: 4H20MIN

LEGENDA:**AS:** Aulas Semanais**MA:** Módulos Anuais**CHA:** Carga Horária Anual

* Na Educação Infantil o recreio deve ser incluído dentro das 800H/A

REDE MUNICIPAL DE ENSINO													
MUNICÍPIO: CAETÉ SETOR:10													
VIGÊNCIA:2009 1ª SER ó BELO HORIZONTE													
MODALIDADE DE ENSINO: Educação de Jovens e Adultos													
CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL ó 1ª SEGMENTO (1ª A 4ª SÉRIE)													
REGIME: ANUAL E SEMESTRAL TURNO: NOTURNO													
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL / CONHECIMENTO DE MUNDO	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CH ANUAL 1º ANO			CH ANUAL 2º ANO			CH SEMESTRAL 3º PERÍODO			CH SEMESTRAL 4º PERÍODO		
		AS	MS	CH	AS	MS	CH	AS	MS	CH	AS	MS	CH
	LÍNGUA PORTUGUESA	5	200	166:40	5	200	166:40	5	100	83:20	5	100	83:20
	MATEMÁTICA	5	200	166:40	5	200	166:40	5	100	83:20	5	100	83:20
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	1	40	33:20	1	40	33:20	1	20	16:40	1	20	16:40
	CIÊNCIAS	2	80	66:40	2	80	66:40	2	40	33:20	2	40	33:20
	HISTÓRIA	1	40	33:20	2	80	66:40	1	20	16:40	2	40	33:20
	GEOGRAFIA	1	40	33:20	1	40	33:20	1	20	16:40	1	20	16:40
	ATIVIDADES DE ESTUDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	50:00	-	-	50:00

	COMPLEMENTARES												
	CARGA HORÁRIA TOTAL	15	600	500:00	16	640	533:20	15	300	300:00	16	32	316:40
INDICADORES FIXOS													
REGIME ANUAL				REGIME SEMESTRAL				2º PERÍODO		3º PERÍODO			
Nº DE DIAS LETIVOS			200	Nº DE DIAS LETIVOS			100			100			
Nº DE DIAS LETIVOS SEMANAIS			005	Nº DE DIAS LETIVOS SEMANAIS			005			005			
Nº DE SEMANAS			040	Nº DE SEMANAS			020			020			
CH TOTAL			600	CH TOTAL			300			300			
DURAÇÃO DO TURNO			2h30min	DURAÇÃO DO TURNO			2H30MIN			2H30MIN			
RECREIO			15min	RECREIO			15MIN			15MIN			

OBSERVAÇÕES:

- Resolução SEE Nº 1.025/07 que dispõe que a Educação Física e o Ensino Religioso serão trabalhados através de projetos fora do horário estabelecidos para as três aulas diárias.

- Os conteúdos das áreas de conhecimento estarão articulados com os temas da vida cidadã, saúde, educação para o trânsito, sexualidade ética e cidadania, educação para o trabalho e educação religiosa.

- Lei nº9394/96: Diretrizes e Bases da Educação.

- Resolução 444/2001: Regulamenta a Educação de Jovens e Adultos.

- Lei Nº 13.411 de 21/12/99 estudos sobre o uso de drogas e dependência química.

- Lei Nº 9795 de 27/04/99 Educação Ambiental.

- Lei Nº 13.820 de 27/12/2000 ó Programa de higiene Bucal.

- Lei Nº 10.639, de 09/01/03: Obrigatoriedade de temática õHistória e Cultura Afro ó Brasileira.ö

- Resolução Nº 521, de 02/02/2004, publicada em 03/02/2004.

õOs conteúdos da áreas de conhecimento devem estar articulados com as experiências de vida do educando, em todos os seus aspectos, recomendando-se que sejam ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

<u>CALENDÁRIO ESCOLAR 6 2009</u>																				
<i>Escolas Municipais da Rede de Ensino</i>										MUNICÍPIO: Caeté - MG										
<i>NÍVEL DE ENSINO: Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- EJA</i>										Zona Urbana										
JANEIRO							DL 6 15 FEVEREIRO DE-01							DL- 23 MARÇO DE- 01						
DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB
M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X	
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	22	23	24	25	26	27	28
25	26	27	28	29	30	31								29	30	31				
DL-18 ABRIL DE- 01							DL- 20 MAIO DE - 01							DL- 21 JUNHO DE- 01						
DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB
M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X	
			1	2	3	4						1	2		1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
							31													

DL-13 JULHO DE-00							DL-22 AGOSTO DE-01							DL-21 SETEMBRO DE-01						
DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB
M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X	
			1	2	3	4							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
							30	31												
DL-17 OUTUBRO DE-01							DL-20 NOVEMBRO DE-01							DL-11 DEZEMBRO DE02						
DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB	DO	SE	TE	QU	QU	SE	SÁB
M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X		M	G	R	A	I	X	
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31		
LEGENDA:							DIAS LETIVOS													
							<i>1º SEMESTRE</i>							<i>2º SEMESTRE</i>						
PLANEJAMENTO							JAN 20							JUL 13						
							MAI 20							OUT 17						
RTP							FEV 15							AGO 20						
							JUN 21							NOV 20						

Aniversário de Caeté				MA R	2 3	JU L	13	SE T	21	DE Z	11			
DIAS DE FÉRIAS E RECESSO				AB R	1 8									
INÍCIO E TÉRMINO DO ANO LETIVO				TOTAL: 97				TOTAL: 104						
SÁBADO LETIVO														
CONSELHO DE CLASSE				TOTAL DE DIAS LETIVOS/ESCOLARES										
CONGRESSO DE PAIS				1º SEMESTRE					2ª SEMESTRE					
PERÍODO DE MATRÍCULA				DL ó 110 DE- 06					DL ó 91 DE-06					
PERÍODO DE FORMATURA														
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA														
DIAS LETIVOS DO 1º SEMESTRE:														
					97									
DIAS LETIVOS DO 2º SEMESTRE:														
					10									
					4									
TOTAL DE DIAS LETIVOS ANUAIS:														
					20									
					1									

Caeté, 13 de fevereiro de 2009.